

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PÓS-GRADUAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA  
INTERDISCIPLINAR**

**HELLYDA APARECIDA KEREZ BORIM**

**EU/FRIDA: Identificar-me, para lutar!**

Matinhos  
2016

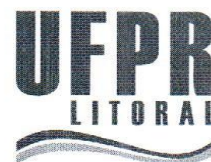
**HELLYDA APARECIDA KEREZ BORIM**

**EU/FRIDA: Identificar-me, para lutar!**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da UFPR – Litoral.

Orientador: Valdo José Cavallet.

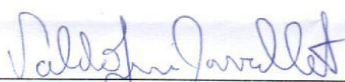
Matinhos  
2016

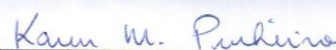


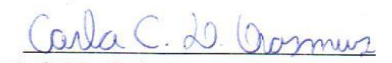
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor **VALDO JOSÉ CAVALLET**, realizaram em 11/06/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **HELLYDA APARECIDA KEREZC BORIM**, sob o título "*EU/FRIDA: Identificar-me para Lutar*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APh".

Matinhos, 11 de junho de 2016.

  
Prof<sup>o</sup>. Dr. Valdo José Cavallet

  
Prof<sup>a</sup>. Ma. Karen Martins Pinheiro

  
Prof<sup>a</sup>. Ma. Carla Caroline Duma Orasmus

  
Hellyda Aparecida Kerecz Borim  
Estudante

**Conceitos de aprovação**  
APL = Aprendizagem Plena  
AS = Aprendizagem Suficiente

**Conceitos de reprovação**  
AP5 = Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI = Aprendizagem Insuficiente

**OBSERVAÇÃO:**  
CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



**HELLYDA APARECIDA KEREZ BORIM**

**EU/FRIDA:** Identificar-me, para lutar!

Este relatório foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de **Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, UFPR, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.**

**Almir Carlos Andrade**  
Coordenador do Curso

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Valdo José Cavallet.

---

Prof(a). Me. Carla Caroline Duma Orasmus

---

Prof(a). Me. Karen Martins Pinheiro

(Suplente)

---

Prof. Me. Nilceu Romi Kerez Tavaves

Para a elaboração deste trabalho, contei com o apoio e contribuições de vários amigos/colegas. Aos que contribuíram para com esse trabalho, expresso aqui meus sinceros agradecimentos: à minha família e amigos, sempre presentes em minha vida, propiciando o meu crescimento intelectual e emocional; a minha Coordenadora, Terezinha Barth Beatriz, pela compreensão da necessidade em realizar este processo de aprendizado, ao Professor VALDO JOSÉ CAVALLET, como mediador, pela sua dedicação e responsabilidade com o ensino, por incentivar e acreditar na concretização deste trabalho; - aos professores do curso, pela dedicação durante as aulas; e à UFPR, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, por ter disponibilizado essa Especialização; - a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho trata-se de um estudo de caso que possibilita a reflexão sobre a temática de gênero, bem como, a compreensão do processo psicossocial das mulheres vítimas de violência doméstica, informando os órgãos competentes presentes no Município de Colombo/PR e as formas de acesso aos mesmos. No que tange o processo metodológico, este foi pautado no PPP (Projeto Político Pedagógico) da UFPR (Universidade Federal do Paraná) – Setor Litoral, que visa à educação emancipatória, favorecendo o caminho do autoconhecimento, e colaborando para a compreensão do papel pessoal/profissional, e desta forma, do psicólogo social atuante no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Diante do exposto, a conclusão do estudo potencializou as intervenções profissionais, assegurando ao público alvo, atendimentos de maior qualidade.

Palavras chaves: Equidade de Gênero; Violência Doméstica; Atendimento psicossocial;

## **ABSTRACT**

This paper is about a study which enables a reflection on gender issues , as well as the understanding of women who are victims of domestic violence psychosocial process, informing the competent agency present in the city of Colombo / PR and the access way to them. Regarding the methodological process , this was marked on PPP ( Political Pedagogical Project) UFPR ( Federal University of Paraná ) - Sector Coastline, which aims to an emancipatory education , promoting the path of self-knowledge, and contributing to the understanding of personal/professional function / thus , the social psychologist active at CRAS ( Social Assistance Reference Center) . Given the above, the conclusion of the study potentiated professional interventions, ensuring the target audience, higher quality care.

Key words: Gender Equity; Domestic violence; psychosocial care;

## **“Só é lutador, quem sabe lutar consigo mesmo”**

(ANDRADE, apud LOPES, 2013)

Fiquei imaginando várias formas para começar esta apresentação, pensei em vários subtítulos, que pudessem explicar o motivo pelo qual escolhi a frase supracitada, e ao mesmo tempo, pudesse fazer sentido com o restante do conteúdo. Questionei-me quanto às impressões que causaria nas pessoas que fossem ler, dessa forma, decidi citar algumas das opções de subtítulos, sendo elas: “Reconhecendo o próprio Ringue”, “Na busca do próprio Ringue” ou ainda “Revisando o trajeto de vida, em busca de respostas”. Cabe citar, que o “ringue” teria a conotação de continente, de um espaço importante para o meu desenvolvimento e evolução.

Bom, antes de prosseguirmos, gostaria de me apresentar, meu nome é Hellyda, nasci em Outubro de 1986, na cidade de Curitiba e residi maior parte da minha vida no bairro de Santa Felicidade. Quando estava com 17 anos, meus pais resolveram comprar uma chácara na região metropolitana de Curitiba, desde então, houve várias tentativas da minha parte, de retornar ao bairro de Santa Felicidade, ou para algum outro bairro da cidade de Curitiba.

No início de 2015 adquiri meu apartamento, após três meses de reforma, a nova “casa” estava pronta, então fui residir no bairro de Santa Cândida. Procurei voltar-me para as vantagens desta mudança, na tentativa de resistir às oscilações deste processo, bem como, a constante reflexão sobre a tendência natural de buscarmos o mais cômodo, mas que nem sempre é o que nos traz crescimento ou é o mais saudável.

Em meio a várias leituras, fui procurar informações sobre o filósofo Bachelard, podendo desta forma, ratificar a concepção que imaginava ter da “casa”, sendo “uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (SILVEIRA; JUNIOR, 2011). Diante do exposto, a busca do meu espaço, passa a fazer todo o sentido, pois é lá que carrego as minhas energias, processo e analiso os acontecimentos do dia a dia, faço os planejamentos e traço novos objetivos.

Tendo em vista este processo, acredito que uma das maiores comodidades, é poder estar mais próximo do meu trabalho, e com o ganho deste tempo dedicar-me mais aos meus estudos e o aumento da qualidade de vida como um TODO.

Ah, antes que me esqueça, acabei escolhendo os demais subtítulos com a temática de luta, objetivando a descontração, bem como, na tentativa de plantar uma semente para futuras reflexões, sobre os efeitos e intenções da palavra “LUTA” estar bem presente nas frases e

textos dos movimentos de “violência contra a mulher”.

### **Treinando o golpe do pêndulo..**

Tem uma cena de minha vida, que marcou bastante e decidi compartilhar, pois contextualiza a minha caminhada profissional até o momento. Assim que me formei, o meu primeiro emprego foi em uma clínica de psicologia terceirizada, que realizava os atendimentos através dos planos de saúde, mas aguentei trabalhar somente três meses, pedi demissão por não concordar com o formato da prestação de serviço e da exploração do profissional. Lembro-me do dia em que fui contar para um amigo na época: - Ufa, agora não sou mais psicóloga. - Hellyda, você nunca deixará de ser psicóloga. Ouvir está resposta me deixou sem reação na época, pois senti o peso da verdade, ou seja, independente de onde eu atue, ou das escolhas/rumo que minha vida tome, o meu passado irá junto, e com ele, todo o aprendizado e todas as histórias/experiências que já tive em minha profissão.

Na época disse para esse amigo que só voltaria para a psicologia, se passasse em um concurso público e *aqui estou*, como servidora pública, há dois anos e meio, da Prefeitura Municipal de Colombo, no cargo de psicóloga social, sendo essa área relativamente nova para a psicologia e, diga-se de passagem, um desafio à parte, mas que apesar de nunca ter imaginado atuar, acabei me identificando mais do que na área clínica, aquela idealizada nos primeiros anos de formação.

Como na época em que me formei, esta área não tinha muita visibilidade, senti a necessidade de estudar, tomando a decisão de tentar a vaga na pós graduação na UFPR – Setor Litoral, fazendo parte também de um desejo antigo, sentir-me parte desta instituição de ensino, pois mesmo, sendo a “melhor aluna de psicologia da UTP – Universidade Tuiuti do Paraná“, queria poder me identificar com a trajetória de outros familiares, que por aqui passaram. Outro ponto, que me surpreendeu, foi que o PPP - Projeto Político Pedagógico, da UFPR - Setor Litoral, estava de acordo com a abordagem que já vinha estudando e buscando colocar em prática.

### **Em meio ao fôlego...**

Como toda pessoa, toda aluna, toda mulher e toda psicóloga, decidi fazer uma viagem de férias, mas essa foi diferente, pois me aventurarei sozinha, permanecendo uns dias em um

Hostel – Hotel para viajantes, em Copacabana e depois em um apartamento em Cabo frio, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

A experiência desta viagem foi curiosa, pois neste Hostel, 98% dos hóspedes eram estrangeiros e como eu não falo outra língua, fui salva pelo Google tradutor e o meu conhecimento básico em inglês. No início estava divertido, mas no final do terceiro dia, eu já estava ficando desesperada, com a necessidade de ser compreendida através da fala, e de me sentir pertencente, mesmo estando no meu país.

Este momento me serviu para “refrigerar”, renovar as energias e concluir que mesmo de férias, a mente não para de pensar, e que tudo está interligado.

### **Neuroplasticidade: Uma forma de aperfeiçoar a técnica.**

Quando decidi retomar meus estudos, além da Pós Graduação - Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, iniciei uma formação em Experiência Somática (SE).

O curso constantemente reforça a ideia de que é possível “A cura do TRAUMA”, alterando e modificando o cérebro, em nível estrutural e/ou neuroquimicamente, como por exemplo, no livro “O cérebro que se transforma”, descreve-se os avanços historicamente e cientificamente a cerca do pensamento em relação a recuperação de pessoas que sofreram acidentes ou nasceram com algum tipo de deficiência e/ou transtorno mental.

Durante os atendimentos psicossociais individuais e/ou em grupos, os usuários – termo é utilizado para o público atendido pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)- acabam trazendo à tona vários problemas, de ordem econômica, social, profissional, familiar entre outros, o que desencadeiam muitas vezes, reações explosivas. Este curso me possibilitou aprender novas técnicas, que podem auxiliar as pessoas em seu processo de aprendizado emocional. Vale lembrar, que somos seres inacabados, o que nos leva a pensar, que sempre temos o que evoluir!

### **As adversidades de cada ROUND**

Sabe-se que a identificação com alguns usuários/famílias acaba acontecendo, mesmo que às vezes, de forma inconsciente, já que somos humanos. Muitas vezes, ficamos sim em casa, nos momentos de lazer pensando qual seria a estratégia mais eficiente para esta ou aquela pessoa e/ou família? O que mais poderia oferecer a está pessoa e/ou família? O estudo

de caso, descrito neste trabalho, trata-se de uma destas situações, pois me identifico por ser mulher, por ter questões familiares que retratam essa luta, e por não considerar aceitável a sociedade em pleno Séc. XXI, manter este tipo de padrão de relacionamento.

Diante do exposto, apresento a primeira entrevista realizada com a família, iniciando-se o acompanhamento psicossocial. Dessa forma, na tentativa de facilitar o entendimento do leitor, bem como, de buscar aproximá-lo dessa realidade, optei por transcrever o relatório informativo, de forma narrativa. Cabe citar, que houve alteração dos nomes, tornando os “personagens”, objeto de estudo e desta forma, preservando o sigilo sobre o caso.

*Olá, meu nome é EU/Frida, sou moradora do Município de Colombo, do bairro Vila Nova, há alguns anos. Hoje, 03 de Setembro de 2015 tenho um horário marcado com a psicóloga do CRAS, pois acredito que ela possa ajudar meu filho, Júlio da Silva, de 9 anos, que não consegue de jeito nenhum parar de fazer xixi na roupa, independente de quantas vezes vá ao banheiro e que por conta disso, vem sofrendo com os apelidos dos colegas e com as ofensas ditas pela professora da escola.*

*Bom, no que cheguei ao CRAS, à psicóloga veio me chamar para o atendimento e me explicou que o CRAS estava em reforma, que os atendimentos estavam temporariamente suspensos, mas que pelo relato da Assistente Social, ela resolveu me atender, mas que ao mesmo tempo sentia-se incomodada por não poder oferecer um local mais adequado.*

*No que comecei a falar sobre meu filho, a psicóloga fez uma cara de que não estava entendendo nada, e me pediu para contar a minha vida desde o começo, ou pelo menos, desde que tive meu primeiro relacionamento (conjugal).*

*Respirei fundo e busquei resumir a minha trajetória de vida. No meu primeiro envolvimento com um homem, acabei engravidando, na época eu estava com 17 anos, o que trouxe como consequência a responsabilidade de ser mãe solteira do Douglas. Este filho está com 18 anos, trabalha fazendo “bicos”, como servente de pedreiro, mas agora está desempregado. Ele é um bom menino, Graças a Deus, pois é ele que faz o papel de homem da casa no momento e ele me ajuda muito a cuidar dos meus outros filhos.*

*Quando Douglas estava com um ano e meio, fui morar com o Sr. Mauro, e o levei junto. Nesta relação, tive mais 3 filhos, sendo eles: O Edson, a Mariana e o Júlio. Esse ex-companheiro nunca reconheceu a paternidade das 3 crianças, aceitando somente do Edson que hoje está com 15 anos, o que me magoou bastante, pois sempre tive que aguentar ele falando que a “Mariana, é filha de chocadeira” e que o Júlio não é seu filho também. E quando contei isso, a psicóloga logo perguntou, se as crianças tiveram acesso a esse conteúdo e/ou percebiam essa rejeição por parte do pai. Eu não tive como negar, e acabei afirmando que sim.*

*Os anos que vivi como Sr. Mauro, foram os piores anos da minha vida, pois ele me obrigava a trabalhar muito com ele na roça, e ele me maltratava e obrigava o meu filho Douglas a trabalhar também. (Nesse momento, peço desculpas à psicóloga, mas começo a chorar, pois é muito dolorido o que estou contando, mesmo que já tenham se passado anos). Ele bebia e vivíamos brigando, então ele sempre acabava me batendo, e quando saía de casa, me deixava trancada dentro da casa onde morava na época. Quando a psicóloga me perguntou se eu nunca tentei pedir ajuda, me lembrei do dia que consegui com muito sacrifício fugir, e andei muito para pedir ajuda no conselho tutelar da região, mas tive como resposta dos profissionais da época, que era assim mesmo, que eles não podiam fazer nada e que eu deveria retornar para casa. Ao retornar para a casa novamente, o Sr. Mario estava furioso e acabou me agredindo muito naquela noite. Enfim, eu só consegui romper com o Sr. Mário, quando eu o peguei em flagrante, violentando sexualmente sua filha Carolina, uma menina de uns 10 anos que na época, residia com a gente na casa, mas era fruto de outro relacionamento dele.*

*Na época em que me separei, consegui a guarda do filho Edson e a tenho até hoje, mas não teve negociação com o Sr. Mauro, ele não me deixou levar esse filho. Como ele nunca permanece com o mesmo número de telefone e nem na mesma casa, então nunca consegui pedir ajuda da polícia, para que pudesse resgatar meu filho. Já ouvi relato de terceiros, de que ao chegar do trabalho, Sr. Mauro exige que a comida esteja quente, pois se não castiga o filho, bem como exige que o menino lave os seus pés todas as noites. Há pouco tempo, quando eu fiquei doente e descobri que estava com câncer, o meu filho foi liberado pelo pai, para me visitar, mas percebi meu filho muito “triste”, “sem vida” com as mãos machucadas.*

*Dessa forma, depois que rompi o relacionamento com o Sr. Mario, conheci o Sr. Gabriel, e tive com ele, um filho, que se chama João, que está no momento com 7 anos. A relação com o Gabriel não durou muito tempo e depois dele, conheci o Sr. Rodrigo, que permaneci por três anos, e com este último tive o meu filho Natan, que está com 5 anos. Após essas relações, cheguei à conclusão que é melhor não ter ninguém e no momento estou sozinha.*

*Depois que terminei de contar como percorri esses anos da minha vida, a psicóloga*

*me explicou que o papel do psicólogo Social, não tinha como foco, a realização de atendimentos individuais, sendo estes, mais comuns no processo de psicoterapia, na área da saúde. Disse que os atendimentos acontecem poucas vezes, com o objetivo de conhecer a família e perceber as orientações e/ou encaminhamentos a serem feitos. Neste dia, ela se comprometeu em conversar com meu filho, para conhecê-lo, mas já adiantou que pelo meu relato, seria bem provável a necessidade da avaliação do psicólogo da saúde. Eu compreendi o que ela disse e comentei que a Mariana já realizava o acompanhamento com um psicólogo no C.E.M (Centro de Especialidades Médicas).*

Cabe citar, que a “Sra. Eu/Frida”, é um dos atendimentos mais recorrentes, por se tratar de histórias com personagens diferentes, mas em situações semelhantes. Vale lembrar, que a usuária não sofre apenas o preconceito de gênero, já que se trata de uma mulher de meia idade, negra, de pouco estudo, em tratamento médico e em constante vulnerabilidade financeira.

Enquanto psicóloga, me percebi mobilizada pelo relato de vida da Sra. Eu/Frida, imaginando várias hipóteses psicológicas, sendo elas: Qual a necessidade desta mulher em se envolver e ter filho(s) com cada companheiro? Haveria uma necessidade de se legitimar como mulher, ou teria sido tolhida por seus companheiros? Seria uma necessidade de suprir algum tipo de carência emocional? Existiria uma dificuldade de compreender que poderia ter outras opções como mulher, além de se envolver emocionalmente e ter filhos, e seria essa uma opção para a juventude de sua época? O que a levava a repetição do padrão, do envolvimento com companheiro que violavam seus direitos de variadas formas? Como eu poderia orientá-la na tentativa de contribuir para o rompimento deste ciclo, considerado pouco saudável?

Vale lembrar, que as questões supracitadas, fazem parte das expressões da questão social, mas não englobam o todo, pois poderíamos levantar muitas outras hipóteses de como esta família sobreviveu a tantas adversidades e condições de vulnerabilidade. Diante de todas as questões, este trabalho ganha sentido, como uma forma de buscar recursos, técnicas, entre outros, para que possamos nos aproximar de uma sociedade com convivências mais respeitadas e sadias, ou seja, com uma visão de equidade de gênero.

## **1. OBJETIVO GERAL:**

Ampliar minha profissionalidade em relação às questões de gênero que envolve a violência doméstica.

### **1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar a reflexão sobre a temática de gêneros;
- Dar um retorno profissional mais efetivo para os casos que usei como exemplo neste Trabalho de Conclusão de Curso;
- Auxiliar mulheres que acompanho a compreenderem melhor seu processo psicossocial.
- Informar sobre os órgãos competentes e formas de acesso dos mesmos, caso venham a necessitar deste recurso;

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico alternativo utilizado neste trabalho, me auxiliou a percorrer o caminho do autoconhecimento. Trata-se de um processo de reflexão e compreensão do meu papel pessoal/profissional.

Durante o trabalho, a teoria teve seu valor, pois ele serviu para a revisão e aumento da bagagem teórica. Neste método, o que era reconhecido como professor e/ou orientador, sofreu alterações, sendo visto como o “mediador”, com o papel de aproximar o aprendiz do conhecimento, surgindo essa nova proposta de trabalho. Cabe citar, que suas ações foram diferenciadas e incluíram: momentos de mediação individual; mediações em grupo, sugestões de livros, filmes, memoriais de formação, e também a confiança no processo de reconstrução do aprendizado.

Diante do exposto, o maior ganho da aplicação deste método, foi ter a possibilidade de integração do conhecimento teórico e prático, reconhecendo meu passado, meu presente e os desejos para o futuro, incentivando-me para a continuidade do exercício do meu trabalho. Reconhecer-se como uma pessoa, uma profissional capaz de modificar o meio, e de ser modificada pelo mesmo, possibilitou o estabelecimento de um novo norte para a vida.

## **Preparando-se para o enfrentamento...**

### **Equidade de Gênero**

Tratando-se de violência doméstica, sabe-se que geralmente os agressores são do gênero masculino, enquanto as vítimas são do gênero feminino, logo, a importância de clarificar sua definição:

O termo “gênero”, na sua acepção gramatical, designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas, mas, na forma como vem sendo usado, nas últimas décadas, pela literatura feminista, adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino. (ARAÚJO, 2005)

Se levarmos em consideração, que esta construção em relação ao gênero é cultural, então podemos aos poucos modificá-la, seja através da educação, e/ou com alterações em nossas leis, que garantam as mesmas, a igualdade e seus direitos. Cabe citar, que com esse movimento, é necessário ter estruturas de apoio, como recursos físicos e principalmente recursos humanos, minimamente capacitados para atender esta demanda social. No que se referem às mulheres, os movimentos femininos deram seu ponta pé inicial nesta luta.

Segundo Farah (2004), os movimentos femininos e as políticas públicas de gênero começaram a ganhar visibilidade em 1980, através da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, como também, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983 e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.

De acordo com Farah (2004), em 1988 a Constituição sofreu alterações na lei, em relação a saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra, devido a influências dos movimentos femininos da época.

A adesão governamental, segundo Moraes e Ribeiro (2012), resultou em alguns ganhos, como a implantação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAMs) em 1985, na cidade de São Paulo. Sabe-se que as vítimas muitas vezes, encontram-se fragilizadas, devido ao processo de agressões e tipos de violências, as que buscavam apoio muitas vezes acabavam sendo recriminadas/julgadas pela própria equipe de profissionais das delegacias comuns, a oferta de atendimento diferenciado possibilita dar maior apoio e estrutura a esse público, “As DEAMs acabaram personalizando os seus atendimentos e

reduziram com isso o receio que muitas mulheres tinham de ir à polícia. Nesse processo, as mulheres reconhecem-se como vítimas e constroem novos discursos e subjetividades baseados nessa experiência.” (MORAES; RIBEIRO, 2012).

Através dos registros e estudos científicos, percebeu-se que havia uma quantidade maior de violências contra a mulher entre os cônjuges, no ambiente doméstico, desta forma, houve a necessidade da elaboração e aplicação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), que foi sancionada em agosto de 2006.

### **Tipos de violência**

De acordo com Santi, Nakano e Lettiere (2010), a Organização Pan – Americana de Saúde considera a violência uma epidemia, levando em consideração o número de vítimas que faz e as consequências como um todo que produz.

“A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao publicar, em 2002, o Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde torna público o problema da violência, definindo-o como: “uso intencional de força ou poder, através de ameaça ou agressão real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, prejuízos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou privação”

Segundo Machado, et al. (2013), para facilitar a identificação, o setor de saúde classifica os tipos de violência como:

“violência dirigida da pessoa contra si mesma (autoinfligida), violência interpessoal (violência intrafamiliar e violência comunitária) e violência coletiva (OMS, 2002)”.

Conforme Madureira et.al (2014), “estima-se que uma a cada seis mulheres já sofreu violência doméstica no mundo” e no Brasil, segundo uma pesquisa as estatísticas apontam que “somente na última década foram assassinadas 43,5 mil mulheres, razão pela qual, o país ocupa a sétima posição mundial em número de homicídios femininos, com uma taxa de 4,5 para cada 100 mil mulheres.” (MADUREIRA et.al, 2014)

Diante de dados estatísticos alarmantes, houve a criação da Lei 11.340, sancionada em 7 de Agosto de 2006, e conhecida como Lei Maria da Penha, que vem justamente para tratar

## da violência doméstica, e específica no Capítulo II – DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

Art. 7<sup>o</sup> - São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

### **O fluxo de atendimento**

Quando há a busca pela ajuda em delegacias, especializadas ou não, para registro da queixa, tem “a autoproteção e a repreensão da conduta dos parceiros.” (Santi, Nakano e Lettiere, 2004), ou seja, no discurso dos atendentes existe a proteção velada dos agressores e a responsabilização da vítima pela situação existente, diante da situação, as vítimas acabam tornando-se mais fragilizadas.

Cabe citar, que o governo divide-se em 3 esferas, sendo elas a Federal, Estadual e Municipal, que atuam em conjunto, mas onde cada uma possui uma certa autonomia, ou seja, tratando-se de fluxo de atendimento, a orientação à vítima pode variar de acordo com os equipamentos disponíveis em cada município e estrutura ofertada ao munícipe.

De acordo com as possibilidades ofertadas pelo Município de Colombo até o momento, elaborei um “Passo à Passo para pedir AJUDA”, bem como, o modelo de uma

filipeta para distribuir a este público, os dois exemplares do material, encontram-se logo abaixo. Diante do exposto, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), a UBS (Unidade Básica de Saúde), e o Pronto atendimento, são equipamentos, que servem como uma porta de entrada para a orientação e encaminhamento da vítima, como também, podem avaliar o caso, acionando o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Os equipamentos pertencentes ao Social orientam da importância do registro de ocorrência (B.O), realizado nas Delegacias, que por sua vez, poderão tomar as medidas protetivas que julgarem necessários e que tiverem ao seu alcance.

Material informativo como recursos de Proteção!!

FIGURA 1.1 – Esquema elaborado para compreender o fluxograma da Rede de Proteção.

## Passo à Passo para pedir **AJUDA!!!**

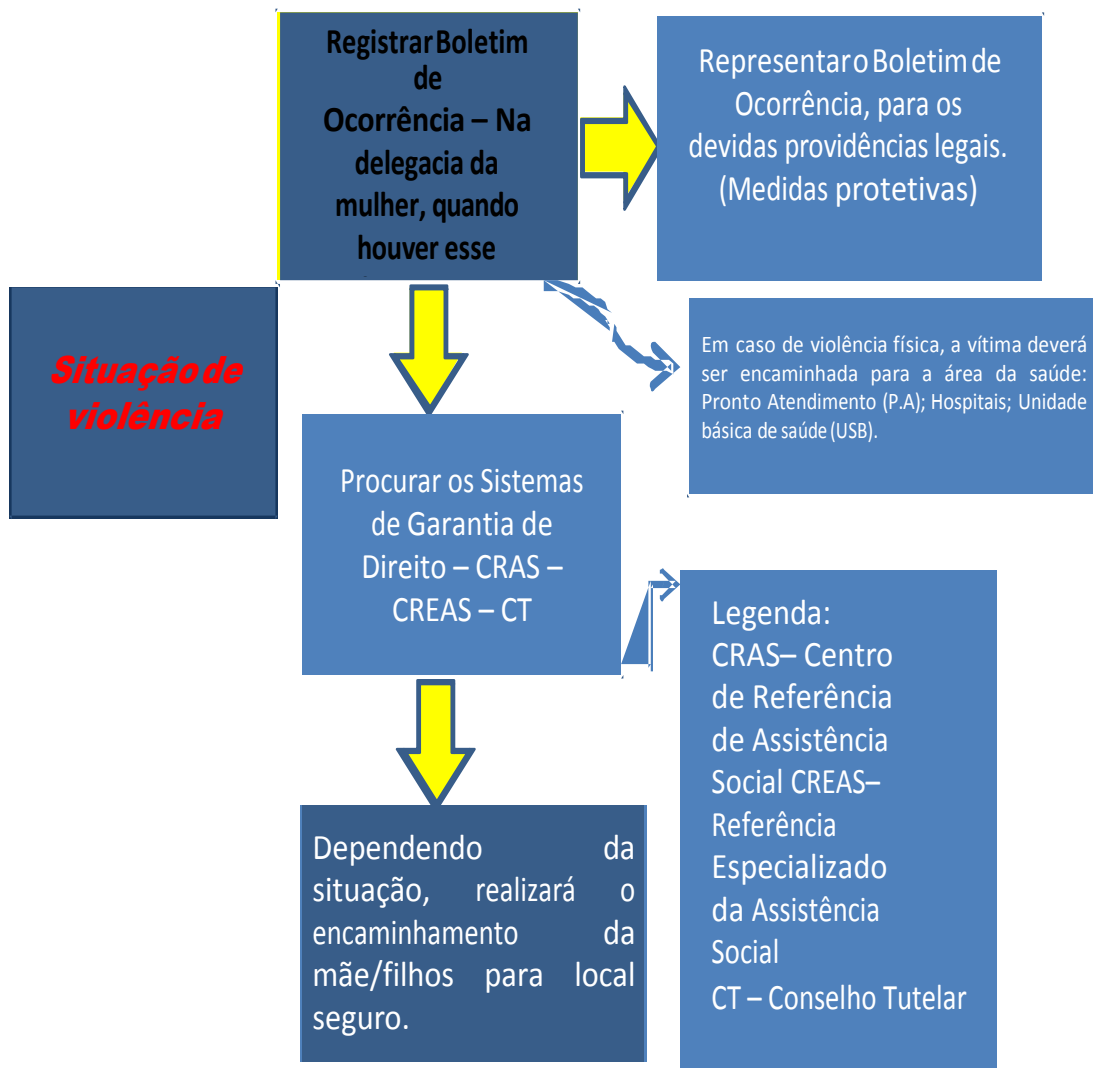


FIGURA 1.2 – Modelo de sugestão de filipetas para a distribuição, durante os atendimentos individuais e/ou de grupos.

### **TELEFONES ÚTEIS EM CASO DE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Central de Atendimento à Mulher: 180  
Delegacia de polícia: (Colocar algumas opções, de acordo com o município)  
Delegacia da Mulher: (Se houver no Município em que a vítima reside)  
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS:

---

### **TELEFONES ÚTEIS EM CASO DE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Central de Atendimento à Mulher: 180  
Delegacia de polícia: (Colocar algumas opções, de acordo com o município)  
Delegacia da Mulher: (Se houver no Município em que a vítima reside)  
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS:

---

### **Perfil do Agressor**

Segundo Madureira et.al (2014), as pesquisas apontam o seguinte perfil para o agressor: sexo masculino; sendo adultos jovens; casados; de baixa escolaridade e com trabalho remunerado e que geralmente exercem funções ligadas a construção civil. Os autores Sousa; Nogueira e Gradim (2013), afirmam que a violência independente da classe social, mas que os boletins de ocorrência são registrados em maior número, por pessoas com uma baixa instrução/escolaridade.

De acordo com o Silva et. al (2007), a “violência pode ter início de forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e consequências”. Existem vários tipos de violências, mas o nível em que elas vão ocorrendo em seu ambiente intrafamiliar é denunciado pelo agressor através de sinais, mesmo que sutis, mas que aos poucos ganham força.

Dessa forma, é possível perceber que não há um perfil exato do agressor, pois se somos frutos do meio em que vivemos, significa que a “violência contra as mulheres é um

fenômeno que se desenvolve no nível relacional e societal e, assim, não pode ser entendida, sem considerar a construção social, política e cultural” (MADUREIRA et.al, 2014).

### **Cuidando dos agressores**

De forma recorrente, percebemos ideologias um tanto quanto extremistas, em que todos os movimentos voltam-se as vítimas, responsabilizando o agressor por todo o processo. Cabe citar, que “a prevenção devem incluir não apenas as vítimas, mas também os homens autores dessa violência, com vistas a atuar em prol da prevenção de sua revitimização” (MADUREIRA et.al, 2014).

Segundo Madureira et.al (2014), enquanto auxiliamos as vítimas a compreender seu processo, e a mesma acaba optando em se desvencilhar deste agressor, este tende a constituir novos vínculos afetivos com outras mulheres, arrastando a violência nestas novas relações. Faz-se necessário a compreensão do todo, incluindo este agressor, incentivando-o a um processo de ressignificação de seus valores, para que dessa forma, possamos ganhar tempo, gerando mudanças significativas na sociedade.

No que tange as ações voltadas aos agressores e/ou políticas de prevenção, que compreendendo a necessidade de se combater a violência contra a mulher, os autores Lima e Buchele (2011), sugerem a discussão com o público masculino, a cerca da corresponsabilidade doméstica e familiar e igualdade representativa na vida política.

Diante do exposto, é prudente esclarecer que a Lei Maria da Penha, compreende o atendimento a vítima, a responsabilização do agressor pelo ato cometido, bem como, TÍTULO VII, das DISPOSIÇÕES FINAIS, no Art. 35 inciso V, que prevê: “centros de educação e de reabilitação para os agressores”.

### **O relacionamento codependente**

Toda falta no ser humano remete uma à outra falta arcaica, e é nisto que se situa a especialidade da dependência humana.  
(OLIEVENSTEIN, 1989, apud ZAMPIERE, 2004)

Compreende-se a codependência como “Uma condição emocional, psicológica e comportamental que se desenvolve como resultado da exposição prolongada do indivíduo e

da prática de um conjunto de regras opressivas” (SUBBY, 1984 apud BEATTIE, 2005). Considerando que estas “regras opressivas” podem causar um impacto negativo no desenvolvimento de um indivíduo, podemos observar algumas delas, logo abaixo:

- Não sinta ou fale sobre suas emoções;
- Não identifique, discuta ou resolva problemas;
- Seja sempre bom, correto, forte e perfeito;
- Não seja egoísta – tome conta dos outros e negligencie a si mesmo.

Cabe citar, que essas frases nem sempre se apresentam de forma clara, sendo inseridas e reforçadas de forma silenciosa e rasteira, mas que minam o processo de desenvolvimento da criança e adolescente, produzindo algumas crenças do tipo: Ninguém gosta de mim; Não mereço coisas boas e nunca serei bem sucedido.

Na mesma perspectiva, Mellody; Miller e Miller (1995) observaram a codependência, através das atividades profissionais que desenvolviam com dependentes químicos, definindo-a como uma doença, presente no funcionamento familiar, ou seja, o ato de fazer uso de alguma(s) substância(s) psicoativa(s) pode comprometer a saúde física do usuário, como também, podem ser danoso ao sistema familiar do mesmo. Diante do exposto, Beattie (2005) e Zampieri (2004) correlacionam o tema ao uso abusivo de substâncias psicoativas, por pelo menos um membro da família.

O prefixo “Co” da palavra Codependência, conota que um ou várias pessoas necessitam do outro para manter seu funcionamento, o que facilita muitas vezes, para que ocorram os comportamentos sabotadores em relação ao parceiro em tratamento, pois a “a codependência consiste em depender da dependência do outro em relação a si mesmo” (OLIVEIRA, 2004 apud CARVALHO; NEGREIROS, 2011).

No que tange o tratamento, Beattie (2005) afirma se tratar de um processo, que tem seu início, na identificação do problema por este indivíduo, através da ampliação e da conscientização de seu funcionamento, levando a compreensão do indivíduo perante as diversas situações de seu cotidiano. Para a diminuição das recaídas, é imprescindível o reconhecimento dos “gatilhos”, pois estes acabam por colocar em cheque os ganhos desta caminhada.

Dessa forma, Beattie (2005) compreende que no processo de cura, buscar adotar práticas que leve ao aumento do amor-próprio, fortalecimento da autoestima, bem como, o

reestabelecimento de novos limites interpessoais, podem ser pontos fundamentais para evolução do tratamento.

Segundo Zampieri (2004), diante de várias definições, e discordâncias em relação a sua origem, sintomas e prevalência, o mesmo alerta para que seja realizada a prevenção. Todas as teorias da psicologia convergem para o mesmo ponto, tendo em vista que somos seres sociais, ou seja, as relações sociais interferem na constituição de nossa personalidade.

Chamamos a atenção para importância de ofertar educação emocional, permeada por um convívio saudável desde a infância, com influências positivas dos pais/responsáveis, bem como, a inserção em um meio social minimamente seguro, que possam suprir suas necessidades orgânicas e psicológicas, provavelmente irão gerar indivíduos mais seguros e integrais, que não terão como prioridade, o relacionamento obsessivo pelo outro e sim, adultos consciente de suas demandas e limites intra e interpessoais.

### **As contribuições do psicólogo social em relação à violência doméstica.**

Já basta de caos e de sujeira!  
Em vez de confusão sentida, que  
se forme uma Gestalt inteira Na  
conclusão da minha vida.  
(PERLS, 1979)

Diante da perspectiva, de que somos seres sociais, que somos mediados pelo mundo, o psicólogo da Proteção Social Básica, traz consigo o desejo de modificar o contexto da realidade social, ou seja, promover a melhoria das relações, na tentativa de evitar que o público atendido, nesse caso, as mulheres tenham seus direitos violados. Logo abaixo, podemos verificar alguns pontos norteadores da atuação técnica do psicólogo social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

- a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos;
  - b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
  - c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS.
- (BRASIL, 2009 apud CREPOP, 2011, p.16)

Na compreensão da subjetividade do indivíduo, o grupo é visto como estratégia, uma ferramenta para este profissional, pois além de contribuir para a troca de experiências,

permitindo a ampliação das relações EU/TU, em alguns casos, é a oportunidade da inserção do mesmo a uma realidade diferente. Diante do exposto, os trabalhos em grupo devem “ênfatizar a elaboração de uma teoria e prática pautada em valores, como ética da solidariedade, resgate dos direitos humanos fundamentais e busca da melhoria da qualidade de vida”. (FREITAS, 1998, apud SILVA e CORGOZINHO, 2011).

Em relação a grupos, o autor Martins (2003), descreve a existência de dois grupos a partir da concepção de Martin Baró, sendo eles, os grupos primários, que estão ligados ao afeto, e os grupos funcionais, sendo os grupos presentes nas escolas, igrejas e trabalho. O segundo grupo pode evoluir, tornando-se um grupo primário, dependendo da intensidade dos vínculos e identificação das semelhanças. Este processo tende a fortalecer os integrantes do grupo, reforçando a sensação de pertencimento, resultando em fortalecimento para seus membros.

De acordo com Morin (2015),

“Em todos os nossos encontros e nossas relações temos necessidade de compreender o outro e de ser compreendidos pelo outro. Viver é ter a necessidade incessante de compreender e ser compreendido...Em consequência, o mal da incompreensão arruína nossas vidas, determina os comportamentos aberrantes, as rupturas, os insultos, os sofrimentos. (p.27)”

Diante do exposto, apesar do profissional, muitas vezes, acreditar ter feito tudo o que estava ao seu alcance, não cabe a ele julgar, ou criar expectativas em relação ao caso acompanhado, pois o poder de “decisão” é da mulher, mesmo que esta permaneça sofrendo com as consequências dessa convivência. Sabe-se que “apesar da gravidade evidenciada, grande parcela de mulheres, que vivenciam a violência, optam em permanecer no convívio com o agressor.” MADUREIRA et.al (2014).

No que tange ao usuário, “a implicação imediata desta intervenção é a transformação social e em última instância a transformação individual” (ORNELAS, 1997, apud SILVA; CORGOZINHO, 2011), tendo em vista, o objetivo de atingir o maior número de usuários, prevalece às atividades em grupos. Sugere-se que durante os encontros realizados possa ocorrer a explanação do tema: informando e esclarecendo aos participantes sobre seus direitos; tipos de violência, a intensidade e incidência dos casos; procedimentos e recursos existentes para auxiliar as mulheres em situações de violência doméstica. Dessa forma, facilitando o processo de conscientização, gerando as ações/modificações do meio social.

Entretanto, neste campo de atuação, a mudança nem sempre é anunciada, ou tem um

tempo certo parar ocorrer, sendo assim, a mulher vítima de violência precisa sentir-se segura, para agir, decidindo o que é mais viável para si, cabendo a ela, a decisão de romper este relacionamento ou tentar apenas alterar o que lhe desagrada, que causa sofrimento.

Embora o psicólogo social, enfrente várias dificuldades em sua atuação profissional, como: Alto investimento em cursos x pouco retorno financeiro; Alta demanda de serviço x número escasso de técnicos para a execução do trabalho; Constate exposição a situações estressantes; Sentimentos de desvalorização e frustrações próprios desta profissão. Enfim, a caminhada é árdua, porém, recompensadora quando percebermos as transformações dessas mulheres, que se tornam cada vez menos vítimas de seus agressores, que ganham espaço e visibilidade social.

## **Que a EU/FRIDA se faça presente nos próximos Round(s)!!!**

A elaboração deste TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), e o caso citado neste trabalho, ampliaram meus questionamentos, me impulsionaram a buscar o embasamento teórico-metodológico, através de materiais recomendados durante o curso e/ou por iniciativa própria. Cabe citar, que as vivenciais que tive durante a pós-graduação e as contribuições do curso Experiência Somática, também me forneceram subsídios para aumentar a segurança e crescimento pessoal/profissional.

De acordo com os objetivos propostos, busquei me apropriar de informações e recursos existentes neste município, representado por meio do material informativo, conforme a Figura 1.1 “Passo a passo” e a Figura 1.2 “Filipetas da Rede de Proteção”, que poderão contribuir para o empoderamento das usuárias orientadas por este CRAS (Centro de Referência do Serviço Social).

Em relação a Sra. Eu/Frida, acompanhada pelo CRAS, a princípio, a ideia seria de realizarmos um plano de ação do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família), conforme o manual de Orientações Técnicas Integral à Família, que sugere que seja uma ação em conjunto, entre técnicos e a família, buscando mediar os conhecimentos adquiridos, mas sem a pretensão de determinar a vida dos outros em virtudes de tais conhecimentos, mas auxiliando-a gradativamente, para que esta mulher, possa escrever os próximos capítulos de sua vida, com mais autonomia. Em todo caso, enquanto este trabalho estava sendo elaborado, os “personagens” deram continuidade as suas vidas, mesmo porque, elas não costumam dar um PAUSE em suas histórias, enquanto aprimoramos nossas ferramentas/técnicas profissionais. Nessa perspectiva, houve modificações no contexto familiar da Sra. Eu/Frida, onde obtivemos a informação de que o Douglas, filho mais velho da Sra. Eu/Frida, foi pego em flagrante em um assalto a mão armada, encontrando-se preso até o mês de Abril de 2016, e que no momento encontra-se foragido. Dias antes do ocorrido, a Sra. Eu/Frida foi pega em flagrante portando substâncias psicoativas dentro da penitenciária e, desta forma, permaneceu detida.

Cabe citar, que fomos comunicados do ocorrido, pela coordenadora do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), o qual três dos filhos da Sra. Eu/Frida estavam inseridos. As informações também vieram de outros núcleos familiares, também acompanhados por este CRAS. Diante do exposto, a equipe técnica, tomou as medidas protetivas em relação a atual situação familiar.

O atendimento a essas famílias geram certo grau de angústia e frustração, levando-me às vezes, a repensar a caminhada, mas com o passar dos dias, ressurge a esperança, o que nos leva a ter a clareza, de que nós como profissionais não podemos acreditar em uma forma

“mágica” de que estas famílias irão absorver todas as orientações de imediato, a ponto de mudarem totalmente o contexto de suas vidas. Sabe-se que se trata de um processo lento, dependendo da vinculação do profissional, bem como, possibilidades de enxergar novas direções e escolhas para o rompimento do ciclo de vida presente até o momento. Concluo que nada é desperdício, pois nem sempre o progresso é mensurável. Apesar de todo o contexto, a pretensão do exercício contínuo de reflexão e do aperfeiçoamento como profissional está longe do acomodar-se, pois outras famílias virão, e os pontos positivos desta caminhada me servirão para alcançar de forma mais efetiva a próxima Eu/Frida que surgir para o acompanhamento psicossocial.

Bom, posso afirmar sem sombra de dúvidas, que toda vez que refletimos e assimilamos novos conteúdos e experiências, sobre o que vivenciamos, voltamos para o *aqui e agora* modificados, pois fazemos uma releitura do que somos e de nossas identificações.

Durante esta caminhada, após várias reflexões, leituras, trocas de experiências entre amigos/colegas e professores durante as aulas, como também, fora do espaço acadêmico, finalizo essa etapa da minha vida sentindo-me modificada e mais motivada, para candidatar-me a vaga de mestrado em Universidade Pública, ou iniciar alguma outra pós-graduação, que possa contribuir para os demais questionamentos que surgiram neste período. Este processo de formação me serviu de “combustível” para a projeção e/ou alcance de novos desafios na vida.

“Não conseguimos segurar uma tocha para iluminar o caminho de outra pessoa, sem clarearmos o nosso próprio.”

(SWEETLAND, apud LOPES, 2013)

## REFERÊNCIAS

### Artigos eletrônicos:

ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652005000200004>.

CARVALHO, Leilanir de Sousa; NEGREIROS, Fauston. A co-dependência na perspectiva de quem sofre. **Bol. psicol**, São Paulo , v. 61, n. 135, p. 139-148, jul. 2011 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432011000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 maio 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, Apr. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01033312011000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01033312011000200020&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>.

MACHADO, Juliana Costa et al . Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saude soc.**, São Paulo , v. 23, n. 3, p. 828-840, Sept. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902014000300828&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300828&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000300008>.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt et al . Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 600-606, Dec. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro , n. 11, p. 37-58, Aug. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 19, n. 3, p. 417-424, Sept. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072010000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000300002&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072010000300002>.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. Spe, p. 12-21, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 maio 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>.

SOUSA, Ane Karine Alkmim de; NOGUEIRA, Denismar Alves; GRADIM, Clícia Valim Côrtes. Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 425-431, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-462X2013000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000400011&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2013000400011>.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Apr. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>

### **Relatório técnico:**

**Orientações técnicas sobre o PAIF** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Trabalho social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Brasília, 2012. Relatório técnico.

CREPOP. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de Assistência Social (SUAS):** Informações para gestoras e gestores. Brasília, 2011.

### **E-book:**

MELLODY, P.; MILLER, A. W.; MILLER, J. K. **Enfrentando a Codependência Afetiva: O que é, Como surge, Como prejudica nossas vidas.** Rio de Janeiro: Record Rosa dos tempos, 1995. Ebook. Disponível em: <<https://eupassarin.files.wordpress.com/2012/11/codependencia-afetiva.pdf>>. Acessado em: 08 Mar. 2016.

SILVEIRA, M. F. S; JUNIOR, H. P. O. S. **Residências Terapêuticas:** Pesquisa e prática nos processos de destitucionalização. Campina Grande – PB: eduepb, 2011. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/pgwpg/pdf/silveira-9788578791230.pdf>> Acessado em 02 Mai. 2016.

LOPES, T. M. **“Entre Aspas”:** Frases e reflexões. Copyright, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=dyc4BQAAQBAJ&pg=PA7&dq=entre+aspas&hl=pt>>

[BR&sa=X&ved=0ahUKEwjml72Fxb7MAhXEg5AKHc4OAAIQ6AEILDAB#v=onepage&q=entre%20aspas&f=false](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acessado em: 03 Mai. 2016

### **Leis:**

Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340. (2006). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acessado em: 03 Fev. 2016

### **Livros:**

PERLS, F. S. **Escarafunchando Fritz:** Dentro e fora da lata do lixo. Rio de Janeiro: Summus Editorial, 1979.

BEATTIE, M. **Para Além da Codependência:** Deixe de ser co-dependente de uma vez por todas . Rio de Janeiro: BestSeller, 2005.

MORIN, E. **Ensinar a viver:** Manifesto para mudar a educação. Sulina, 2015.

DOIDGE, N. **O cérebro que se transforma:** Como a neurociência pode curar as pessoas. Cidade: Editora, 2012.

ZAMPIERI, M. A J. **Codependência:** O transtorno e a intervenção em rede. Editora Ágora, 2004.